

AO JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA

Processo nº.

FULANO DE TAL, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (LC nº 80/94, arts. 4º, incisos I e V, e 89, inciso XI), com fulcro no §3º do art. 403 do CPP, apresentar

ALEGAÇÕES FINAIS

aduzindo, para tanto, o que segue:

I - BREVE RELATO DOS FATOS

O acusado foi denunciado como incurso nas sanções do artigo 21 do Decreto-Lei nº 3.688/41 e no artigo 147 do Código Penal, c/c os artigos 5º, III, e 7º, II, da Lei nº 11.340/06, por haver, supostamente, na DATA, praticado vias de fato contra sua companheira FULANA DE TAL, bem como a ameaçado.

Devidamente instruído o feito, a Acusação, em suas alegações finais (fls. XX/XX), requereu a condenação do réu nos termos da denúncia.

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

II - DAS VIAS DE FATO: INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. RECIPROCIDADE DAS AGRESSÕES. EXCLUSÃO DA ILICITUDE

Estabelece o artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal que **“o juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça (...) não existir prova suficiente para a condenação”**. Trata-se, consoante cediço, da posituação dos princípios do *“in dubio pro reo”* e do *“favor rei”*, segundo os quais **em caso de dúvida deve sempre prevalecer o interesse do acusado**.

Ressalte-se, como consignado por TOURINHO FILHO, que, na verdade, a absolvição por falta de provas não se traduz num favor, mas numa consequência natural da ausência de prova da narrativa acusatória¹.

No caso em análise, não há nos autos provas da autoria delitiva suficientes para a condenação do acusado, consoante se passa a demonstrar.

Inicialmente, é necessário ressaltar que a FULANA DE TAL, ouvida em juízo (mídia – fl. XX), assim especificou a ocorrência das condutas atribuídas na denúncia:

Que sempre que bebe ele fica muito agressivo; que é para bater nela; que a xinga; que ela não pode ter amizade com ninguém; que no dia dos fatos ocorreram as mesmas coisas de sempre, o ciúmes e a bebida; que ele a agrediu e a ameaçou; que a derrubou no chão e a empurrou; que xinga de palavreados; que as ameaças são de matá-la e dar tiro; que ele a empurrou e ela caiu e machucou o joelho e a mão; **que não**

¹ TOURINHO FILHO, Fernando Costa. Código de processo penal comentado. 15 ed. São Paulo. Saraiva. 2011.

se recorda exatamente do que foi a ameaça; que se recordou da ameaça “sobre os dois tiros na cara” apenas quando a magistrada se referiu especificamente a esses termos; que se lembra do dia em que houve a ameaça; que ele chegou em casa bêbado e a xingou; que ela não reagiu e ficou quieta; que ele colocou o dedo na cara dela e ela o empurrou; que, no que ela empurrou ele, ele a empurrou; que ela caiu por cima da parede e bateu com as costas; que ele começou a ameaçá-la, dizendo que iria matá-la e dar dois tiros na cara; que ela saiu correndo; que aí foi na hora que o filho FULANO DE TAL viu e partiu para cima dele; que aí começou a confusão; que eles não estão mais juntos; que desde janeiro ele foi para casa da mãe; que depois reataram mas terminaram novamente; que há mais de dois meses estão separados; que não registrou novas ocorrências; que tem medo e não tem medo dele ao mesmo tempo; que quer medida protetiva de urgência; que ele a telefona e a perturba.

Por sua vez, o acusado, em sede judicial (mídia – fl.XX), **negou as práticas delitivas**, assim apresentando a sua versão dos fatos:

Que, quanto aos fatos em apuração, afirmou que recebeu o pagamento meio dia; que foi beber; **que não estavam brigando nem nada; que falou com ela para terminarem já que ela não queria mais ficar com ele; que, em casa, o filho FULANO DE TAL, de IDADE, estava deitado; que o réu chegou em casa com uma caixa de cerveja e aumentou o som, um aparelho novo; que FULANO DE TAL jogou o aparelho de som no chão; que pegou no pescoço dele; que entraram em luta corporal; que não ameaçou FULANO DE TAL; que não ameaçou a vítima; que jamais falou isso para ela; que não teve briga com ela por causa de ciúmes; que a polícia não deixou ele fazer sua defesa, apenas ouvindo a vítima; que FULANO DE TAL estava junto nesse dia; que a vítima teria inventado as ameaças em razão da briga com FULANO DE TAL, que quebrou o seu aparelho de som; que quando empurrou ela os dois vieram**

com um pedaço de ferro para cima dele;
que depois a polícia o buscou.

Dessa forma, colhe-se da versão apresentada **pela própria vítima** que as agressões supostamente efetuadas contra ela decorreram de sua própria conduta consistente em **empurrar o denunciado**, o que foi feito em reação ao fato de o acusado “ter colocado o dedo em sua cara” (mídia – fl. XX).

Com efeito, no caso em análise, é possível concluir que as lesões imputadas na denúncia não se deram da forma como apontada pela Acusação. **Isso porque não foi acusado quem, prévia e deliberadamente, iniciou as agressões, mas apenas reagiu em um segundo momento, o fazendo com o objetivo de afastar a vítima que, em razão de uma discussão acalorada entre o casal, acabara de lhe empurrar.**

Nesse ponto, é necessário considerar que o cotejo entre as declarações prestadas aponta dúvidas acerca do efetivo início da contenda. Não se produziu, *in casu*, a certeza necessária para apontar **quem deu início às agressões.**

As declarações judiciais da testemunha policial em nada acrescentam à elucidação dos fatos, uma vez que confirmou **não se recordar dos fatos** (mídia – fl.XX). Na oportunidade, assim se manifestou a testemunha:

Que não se recorda dos fatos; que, após lidas suas declarações extrajudiciais pela promotora, disse se recordar dos fatos; que a esposa estava fora com o filho ou filha, uma criança pequena, e alegava que ele havia batido nela; que ela tinha umas marcas de agressão, uns arranhões.

Desse modo, além de confirmar que não se recordava dos fatos, a testemunha policial equivocou-se ao asseverar que a vítima estaria fora de casa com uma criança pequena, uma vez que seu filho

FULANO DE TAL possui mais de X anos de idade.

Por fim, a única suposta testemunha presencial dos fatos, FULANO DE TAL, não foi localizada no processo, razão pela qual foi **dispensada pela Acusação**.

Com efeito, o que se logrou comprovar nos autos é que de fato houve uma discussão entre os envolvidos, a qual, na sequência, resultou em agressões recíprocas. **Todavia, em relação à exata dinâmica dos fatos, em especial quanto ao início das agressões, o que emerge do conjunto probatório é a dúvida, a qual, em observância ao princípio do *in dubio pro reo*, deve aproveitar ao acusado.**

Nessa linha, confira-se o entendimento desse E. TJDFT:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. LEI MARIA DA PENHA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÃO CORPORAL. CONDENAÇÃO MANTIDA. AMEAÇA. AUTORIA E MATERIALIDADE NÃO DEMONSTRADAS. PALAVRA DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. DOSIMETRIA DA PENA. READEQUAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. CONFISSÃO PARCIAL. RECONHECIMENTO. SÚMULA 545 STJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O empurrão, dado na vítima pelo acusado, foi forte o suficiente para fazê-la cair e se machucar, causando as lesões descritas no laudo pericial. Ademais, ao empurrar a vítima com força, o apelante assumiu o risco de causar danos a sua integridade física, cometendo, desse modo, o crime de lesão corporal. 2. Nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a palavra da vítima merece especial relevância, notadamente, porque praticados sem a presença de testemunhas. Contudo, faz-se necessário que a palavra da vítima

esteja em consonância com os demais elementos de prova, especialmente na hipótese, uma vez que o fato, suposta ameaça, teria ocorrido em local público. Uma vez isolada no contexto probatório, e havendo dúvida razoável acerca da ocorrência dos fatos, aplica-se o princípio do in dubio pro reo. 3. Havendo incertezas sobre a conduta delitiva imputada ao acusado, porquanto inexistem elementos probatórios conclusivos, impõe-se a absolvição por insuficiência de provas. 4. O col. Superior Tribunal de Justiça tem entendimento que chancela a alteração da fundamentação da sentença condenatória, ainda que em recurso exclusivo da defesa, desde que não haja agravamento final da pena. Com isso, admite-se a readequação da fundamentação das circunstâncias judiciais. 5. Se o agente confessa parcialmente o crime em Juízo, ainda que a sentença não tenha expressamente nela se fundado, forçoso admitir que a confissão do réu exerce alguma influência na formação do convencimento do julgador, o qual se sentirá mais habilitado para decidir, impõe-se o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea. 6. Recurso conhecido e parcialmente provido.

(TJ-DF 20170910072492 DF 0007083-78.2017.8.07.0009, Relator: CARLOS PIRES SOARES NETO, Data de Julgamento: 04/04/2019, 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 02/05/2019 . Pág.: 134/142)

Dessa forma, ante a dúvida que emerge do cotejo entre as provas produzidas durante a instrução processual, postula a Defesa a absolvição do acusado, seja com fulcro no art. 386, inciso VII, do CPP, seja com base no 386, inciso VI, do mesmo diploma legal, ante o reconhecimento da exclusão da ilicitude prevista no art. 23, II, do CP.

II - DO CRIME DE AMEAÇA: ANÁLISE DAS PROVAS DOS AUTOS: INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA

Quanto ao delito de ameaça, é necessário inicialmente repisar que o acusado, em juízo, **negou a prática criminosa**. Acrescentou que **“não ameaçou a vítima; que jamais falou isso para ela; que não teve briga com ela por causa de ciúmes”** (mídia – fl. XX).

A ofendida, por sua vez, não confirmou, com a precisão necessária para uma condenação, à prática da ameaça. Em juízo, asseverou que **não se recorda exatamente do que foi a ameaça”** (mídia – fl.XX). Assim é que, **apenas quando a d. magistrada se referiu especificamente aos termos da denúncia**, a ofendida disse se recordar do dia em que houve a ameaça.

Dessa forma, ante os elementos de prova acima demonstrados, é necessário apontar que as declarações da vítima **não foram prestadas com a certeza necessária para - *de per si* - fundamentar a condenação do réu**. Além disso, suas alegações **são isoladas e não foram confirmadas por nenhum outro elemento de prova**, colhido sob o crivo do contraditório, no decorrer da instrução processual.

Cediço que a palavra da vítima, em delitos relacionados ao contexto de violência doméstica e familiar, goza de especial relevância, porém, **desde que acompanhada, ainda que minimamente, por outros elementos de prova**. Ocorre que tais elementos não foram trazidos aos autos.

“Muito embora a palavra da vítima se revista de especial relevo probatório na apuração dos crimes praticados no âmbito doméstico e familiar, constatando-se que o delito foi perpetrado em via pública, em horário de trânsito de pessoas, necessário que seus depoimentos sejam corroborados

por outras provas²”.

O Desembargador João Timóteo de Oliveira³, com a eloquência que lhe é peculiar, ensina que

“sendo a ação penal um árduo encargo a ser suportado pelo réu, deve ser sustentada por elementos mínimos de convicção sobre a autoria e a materialidade do crime, impondo-se a rejeição da denúncia quando não há justa causa para o prosseguimento do feito”.

Se para o recebimento da denúncia há de se ter cautela, para proferir um juízo condenatório, os cuidados devem ser quintuplicados.

O relato da vítima, por si só, não possui autonomia para motivar uma sentença condenatória, vez que no Direito Penal não se trabalha com presunções ou conjecturas, mas somente com o juízo da certeza. Quando a Ação Penal reúne dados probatórios que geram dúvidas e se tornam inaptos a demonstrar a ocorrência da infração penal denunciada pelo Ministério Público, a absolvição é a certa prestação jurisdicional aplicável ao caso, fundamentada pelo princípio do *in dubio pro reo*.

Repete-se, é bem verdade que, tendo em vista o espírito do legislador ao positivar a Lei Maria da Penha, o relato da suposta agressão deve ter uma credibilidade maior num primeiro momento. A intenção do legislador foi exatamente proteger a mulher, fixando uma presunção (*iuris tantum*) de que ela é a parte mais frágil nas relações domésticas e que o Direito deve ampará-la.

No entanto, o relato dado pela ofendida não pode ser

² TJDF; APR 2015.08.1.003115-8; Ac. 976.711; Terceira Turma Criminal; Rel. Des. Sandoval Oliveira; Julg. 27/10/2016; DJDFTE 07/11/2016

³ 20100112060872RSE, Relator JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA, 2a Turma Criminal, julgado em 09/06/2011, DJ 17/06/2011 p. 215

considerado verdade absoluta. É necessário que o Judiciário sopesse as versões das partes e avalie principalmente a verossimilhança de cada uma delas para que se possa optar pela condenação ou absolvição do acusado. Não fosse assim, o legislador teria conferido às mulheres uma fé que distorceria todo o sistema constitucional, pois colocaria as mulheres em um patamar de confiabilidade absoluta e subjugaria a credibilidade dos homens, o que ofenderia frontalmente o art. 5º, I, da Constituição da República.

Definitivamente, não foi a intenção do legislador dar à mulher uma credibilidade maior que a do homem. Isso não está no âmbito da proteção da Lei Maria da Penha. O que o legislador quis foi somente intensificar a proteção dada à mulher, normalmente a parte fisicamente mais frágil numa relação.

Em casos como este, não se pode utilizar, de forma mecânica, o chavão da prevalência da palavra da vítima. É necessário que o julgador analise o caso com mais acurácia e, caso não encontre outros elementos aptos a lhe darem um juízo de certeza acerca da ocorrência do fato, tem a obrigação de absolver o réu, nos termos do art. 386, VII, do CPP, sob pena de assumir o risco de condenar um inocente, o que afrontaria o mais mezinho princípio de Direito Processual Penal, o *in dubio pro reo*.

A lição acima não pode ser encarada apenas como um postulado acadêmico. É preciso se fazer viva no cotidiano da sociedade, mesmo em tempos de ativismo judicial e de fortes ataques às garantias individuais.

Nesse mesmo sentido, confira-se o entendimento do E. TJDF:

Violência doméstica. Ameaça. Perturbação da tranquilidade. Provas. Contradita de testemunha. Fração de aumento da pena-base. Atenuante. Programa de combate à violência doméstica. Suspensão da pena. Condições. Gratuidade.

1 - Nos crimes cometidos em situação de violência doméstica e familiar, a palavra da vítima tem especial relevância, sobretudo quando corroborada pelos depoimentos de testemunhas, compatíveis com o da vítima.

2 - Se a defesa não apresentou contradição na audiência de instrução e julgamento, alegando suspeição das testemunhas, preclusa a questão. A mera relação de amizade não é suficiente para desqualificar o depoimento das testemunhas que presenciaram e narraram os fatos com detalhes e em harmonia às declarações da vítima.

3 - O aumento da pena-base acima da fração de 1/6 da pena mínima em abstrato, por circunstância judicial desfavorável, exige fundamentação concreta, sem a qual deve ser reduzida a pena-base.

4 - Se o acusado participa de programa de combate à violência doméstica incide a atenuante genérica do art. 66 do CP.

5 - As condições do sursis devem ser estabelecidas pelo juiz da execução penal, competente para avaliar concretamente as especificidades de cada caso, adequando-as à situação pessoal do condenado.

6 - Compete ao juiz da execução penal examinar a condição econômica do condenado para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária.

7 - Apelação provida em parte.

(TJ-DF 00037906920188070008 DF 0003790-69.2018.8.07.0008, Relator: JAIR SOARES, Data de Julgamento: 10/09/2020, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no PJe : 19/09/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Mister, portanto, no presente caso, a aplicação da máxima do *in dubio pro reo* e a absolvição do acusado com fulcro no art. 386, VII, do CPP.

III - DO PEDIDO

Ante o exposto, a Defensoria Pública, em sede de alegações finais, pugna pela ABSOLVIÇÃO do acusado, com base no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

Nesses termos, pede deferimento.

LOCAL E DATA.

DEFENSOR PÚBLICO